

Movimento estudantil, Reforma Educacional e Vigilância do Estado: estudantes paranaenses fichados pelo DOPS, 1961-1964

Student Movement, Education reform and State Surveillance: students from Paraná registered by the DOPS, 1961-1964

Ana Karine Braggio*
Alexandre Felipe Fiuza**

Resumo

Ao se centrar no material e nas experiências educativas, culturais e políticas, produzidas entre 1961 e 1964, encontramos um dos períodos mais férteis dos movimentos políticos e populares. Foi na década de 1960, em meio a intensos debates e mobilizações, que o movimento estudantil e outros segmentos da sociedade passaram a reivindicar, de modo mais intenso, uma reforma educacional para o país. As ações realizadas pelos estudantes, neste contexto, foram vistas pela polícia política como uma ameaça à segurança pública, fazendo com que o movimento fosse estigmatizado como subversivo. Esta polícia – criada no período da ditadura do Estado Novo – ao desempenhar uma função preventiva, com o intuito de coibir reações políticas adversas à ordem, desenvolveu um arquivo documental para poder funcionar, já que uma de suas estratégias de ações era o gerenciamento de informações. O acervo desta polícia política, denominada Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) – localizado no Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná – registra como os estudantes foram observados pela polícia política paranaense e como se desenrolou a luta/atuação dos estudantes em favor de reformas estruturais para o país, a partir das mobilizações ocorridas no Paraná, fichadas e vigiadas pela DOPS estadual, no período de 1961 a 1964.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Vigilância política. DOPS. Reforma universitária. Paraná.

Abstract

By focusing on educational, cultural and political material and experiences, produced and carried out between 1961 and 1964, we find one of the most fertile periods of political and popular movements. It was in the 1960s, in

* Doutoranda em Educação pela UEM. E-mail: anakarinebraggio@hotmail.com

** Doutor em História pela UNESP/Assis e Pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Madri/ Espanha. Professor do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Educação, da UNIOESTE/Campus de Cascavel. E-mail: alefiuza@terra.com.br

the midst of intense debates and protests, that the student movement and other sectors of society started to demand more intensively educational reforms for the country. The students' actions in this context were seen by the political police as a threat to public safety and, as a result, the movement was branded subversive. This police – created during the dictatorship of the *Estado Novo* –, by playing a preventive role in restraining political reactions against the order, instituted a documental archive in order to operate, since one of its action strategies was the information management. The collection of this secret police agency, named Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, located in the Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná –, records how students were observed by the political police of Paraná and how the students' struggle/operation for structural reforms for the country occurred, that is, through protests across the state, registered and supervised by the DOPS in Paraná between 1961 and 1964.

Keywords: Student Movement. Political surveillance. DOPS. University reform. Paraná.

Introdução

A pretensão deste texto é analisar a partir dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR) a participação do movimento estudantil (ME) paranaense nos debates relacionados às reformas educacionais dos primeiros anos da década de 1960. Para tanto, este estudo centra-se no campo de relações nas quais se estruturaram e se desenvolveram suas experiências, considerando os conflitos, as alianças, as realizações individuais e coletivas, ocorridas durante o governo presidencial de João Goulart e o governo estadual de Ney Braga¹ até o momento do golpe civil-militar² de 1º de abril de 1964. Assim, *a priori*, as questões que se impõem são: houve a existência de ações políticas e sociais realizadas pelo ME paranaense respondendo ao plano nacional de mobilização estudantil em prol das reformas de base e em especial à reforma universitária? Eles conseguiram se aproximar da população e realizar ações com intuito de alcançar as mencionadas reformas? É possível levantar e caracterizar tais ações através dos arquivos da DOPS/PR?

¹ O governo Ney Braga durou até 1965, porém vamos considerar nosso recorte até o golpe civil-militar.

² Utilizamos o termo civil-militar quando nos referimos ao golpe de 1964, pois compreendemos que sua preparação e execução não foi resultado unicamente do interesse dos militares, mas também de lideranças golpistas civis que igualmente incorporavam o *ethos* militar, embora revelassem a predominância indiscutível dos militares no golpe. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 52.

É notório, como podemos observar em pesquisas que apontam para esta direção temática³, que a DOPS, como um serviço de segurança pública, na função de manter a ordem política e social, via no ME uma ameaça ao governo vigente da época, fazendo com que o movimento fosse passível de vigilância política. Por consequência, a produção de informações advindas deste órgão, ao apontar os estudantes – e outros segmentos da sociedade – como possíveis ameaças/inimigos da ordem pública, indicam a diversidade de significados desses registros. A produção desses registros, assim como qualquer outra fonte, deve ser colocada sob suspeição e submetida ao crivo da crítica histórica. Além disto, é imprescindível considerar que houve documentos da DOPS/PR “extraviados”, ou seja, dos trinta arquivos de aço existentes na Subdivisão de Informações da Polícia Civil em 1991, vinte e três foram transferidos para a estrutura do Departamento Estadual de Arquivo Público, onde ficaram conhecidos pela denominação de acervo da DOPS, os outros sete ficaram sob custódia da polícia após realizarem uma triagem e alegarem conter documentos de interesse para o combate à criminalidade, o que contribuiu para distorcer ainda mais a realidade em questão.⁴

Entretanto, por que utilizar documentos da DOPS/PR e não do próprio ME paranaense? Durante um rastreamento em busca dos materiais utilizados pelo ME para difundir suas ideias e perspectivas de âmbito cultural e educacional, entramos em contato com a União Paranaense dos Estudantes (UPE) questionando acerca da existência de um acervo documental da instituição. O presidente da UPE gestão 2011-2013, Rafael Bogoni, informou que existem documentos da época, porém dispersos, em posse de ex-militantes do movimento. Os poucos documentos que o dirigente teria acesso seriam em sua maioria fotografias e a maior parte destas não referentes ao período investigado. Com este acesso restrito e escasso aos documentos, o método

³ Algumas pesquisas que apontam nesta direção temática são: CALDAS, Ana Carolina. *Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003; MANSAN, Jaime Valim. *A vigilância do campo da educação superior no Brasil da ditadura civil-militar (1964-1988): O caso da delegacia de Ordem Política e Social do estado do Paraná (DOPS/Pr)*. DÍAZ, José María Hernández. (org.) *Formación de Élités y Educación Superior en Iberoamérica* (ss. XVI-XXI). Volume 2, 2012. p.343-357; SCHMITT, Silvana Lazzarotto. *Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense. (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011; TORRES, Carla Michele Ramos. *Em cena: O Teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) 1961-1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008; ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba - Paraná (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

⁴ RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os arquivos da DOPS do Paraná. *Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília, v.1, mar./ago. 1998, p. 42.

de análise documental se desdobrou principalmente sobre os arquivos da DOPS/PR, que tratam do ME, nos possibilitando

por um lado, recuperar o universo da polícia; e por outro, captar fragmentos do universo dos sujeitos investigados pelo órgão. Com a análise sistematizada dessas fontes temos condições de contrapor esses dois universos, identificando os estigmas e recompondo as tensões sociais características de cada momento histórico.⁵

Recuperar a produção de informações da polícia e os fragmentos do universo dos sujeitos investigados só é possível por conta da existência de um arquivo documental da DOPS, que realizava, ao menos, parte de suas atividades baseada nas informações que possuía e armazenava em seu sistema de arquivos.

Os arquivos da DOPS/PR: particularidades metodológicas e históricas

Os arquivos da DOPS/PR estão alocados no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná localizado, na capital paranaense. São organizados em forma de dossiês e separados por assunto. Cada pasta reúne diversos tipos de fontes impressas relativas às atividades de um grupo ou indivíduo determinado. Porém, há três inconvenientes para os pesquisadores, o primeiro, como comentamos na introdução, o material não foi transferido na íntegra, pois a polícia ficou com parte do acervo. O segundo é a destruição da organização original do arquivo, que tornou difícil compreender como era feito o armazenamento das informações pela própria polícia. Outro é a desorganização temporal e temática em que se encontram os documentos nos dossiês, havendo documentos fora de ordem e em pastas trocadas, constatação já discutida Schmitt.⁶ Apesar destes inconvenientes e do fato desse acervo ter logrado uma nova organização arquivística, fato que dificulta a visão do universo da polícia, este material é um meio considerável para analisar as atividades do ME paranaense.

No Arquivo DOPS/PR existem materiais produzidos pela própria polícia política, como relatórios, informes, comunicados, pedidos de busca e apreensão, radiogramas, entre outros.⁷ E também materiais produzidos por

⁵ POMARI, Luciana Regina; PRIORI, Angelo. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. *Revista espaço acadêmico*, n. 12-8, jan. 2012, p. 106.

⁶ SCHMITT, op. cit. p. 90.

⁷ O arquivo é denominado como Acervo da DOPS, porém abrange períodos anteriores a criação da DOPS, contendo produções desde a década de 1920.

sujeitos ou grupos que estavam sob vigilância e que foram selecionados e arquivados pela polícia. Esses documentos, muitas vezes apreendidos, serviam como provas incriminatórias para posteriores ações policiais e jurídicas. Como diz Silva Catela, pesquisadora argentina que disserta sobre os arquivos da repressão de seu país, processo homólogo aos arquivos brasileiros, uma vez que as finalidades de ambos eram as mesmas,

mucho de lo que policías y militares guardaron fueron los materiales que ellos mismos robaron y secuestraron. Los folletos, libros, cartas, apuntes, diarios, fotos que cada policía llevaba como un trofeo a los cajones y carpetas de sus archivos, como forma de prueba contra el “enemigo”, hacen de estos archivos una fuente inagotable para reconstruir la historia de partidos políticos y movimientos de lucha armada, de movimientos estudiantiles y sindicales, etc.⁸

Assim, evidencia-se pela existência de documentos sobre/do ME neste arquivo que houve no Paraná uma ação do Estado – de vigilância e fichamento – sobre a participação dos estudantes e suas entidades de representação, como a UPE, nos debates sobre as reformas de base, em particular, as reformas de ensino. Porém, não podemos desconsiderar que os documentos produzidos pelos vigiados passavam por filtros policiais antes de serem arquivados. Por exemplo, as matérias dos recortes de jornais arquivados passavam por dois deles: o da censura empresarial à imprensa (no pré-1964), onde algumas matérias eram proibidas de ser publicadas e o policial que selecionava e recortava algumas reportagens consideradas subversivas para serem anexadas às pastas da DOPS/PR⁹. Desta maneira, ao levar em consideração estas discussões, temos clareza que à medida que levantamos novas fontes para compreender as ações do ME, também surgem restrições, pois a própria documentação é limitada. Afinal, estamos lidando com uma instituição arquivística carregada de tensões, o que lhe atribui um caráter histórico e cultural complexo, como assevera Silva Catela, “preguntar sobre los archivos como instituciones con tensiones, jerarquicas y luchas, es restituirles el carácter histórico y cultural, viéndolos en su carácter de espacios complejos que deben ser aprehendidos como objetos de reflexión a partir de problemas y puntos de vista analíticos”.¹⁰

⁸ SILVA CATELA, Ludmila da. El Mundo de Los Archivos. In: SILVA CATELA, Ludmila da; JELIN, Elizabeth. (comps.) *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: siglo veintiuno de españa editores. Set. 2002, p. 212.

⁹ SCHMITT, op. cit., p. 92-3.

¹⁰ CATELA, op. cit., p. 197.

Deste modo, ao explorarmos o universo destes arquivos devemos relacionar seus conteúdos com os agentes e indivíduos que os produziram, visto que os fatos descritos não são neutros ou estáticos, foram desenvolvidos num conjunto de relações sociais específicas. É com apoio deste material que buscamos mapear as práticas do ME paranaense no início da década de 1960, usadas para reivindicar as mudanças que almejavam estes jovens.

Encontramos entre os documentos arquivados pela polícia política, panfletos, manifestos, estatutos de centros acadêmicos, constituição da UPE, fotografias, peças teatrais, relatórios dos congressos e seminários, rascunhos, correspondências, informes, recortes de jornais e revistas, entre outros. Com esta gama de documentos é possível compreender, mesmo com as limitações citadas, a estruturação do ME no estado do Paraná e suas ações interligadas ao projeto estudantil nacional.

É conveniente ressaltar que os órgãos do aparato repressivo brasileiro existiram em diferentes estados, sendo geralmente vinculados às Secretarias de Segurança Pública, desde as primeiras décadas do século XX até os estertores do regime autoritário implantado em 1964. Entre a ditadura Vargas e a ditadura civil-militar, encontravam-se minimamente presentes instrumentos característicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento,¹¹ voltados aos interesses do governo e exercidos através das funções da chamada polícia política.¹²

A polícia política designava uma modalidade especial da polícia, responsável por desempenhar uma função preventiva e repressiva no país, com a finalidade de coibir reações políticas adversas à ordem estabelecida pelo governo vigente.¹³ Assim, os grupos que se demonstravam como possíveis inimigos, caracterizados de perfil esquerdista revolucionário, declarados comunistas ou não, eram constantemente vigiados, como é o caso do movimento estudantil, dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de políticos

¹¹ O termo “desenvolvimento” foi abrangido legalmente na Doutrina de Segurança Nacional após Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. A doutrina política já vinha sendo elaborada pela Escola Superior de Guerra desde a década de 1950, com raízes no primeiro governo Vargas. A Lei apenas formalizou as ações do governo que deveria encarar simultaneamente o desenvolvimento econômico-social e a segurança nacional. In: FRAGOSO apud GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia: “Uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra”*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, J. Olympio, 1975, p. X.

¹² AQUINO, Maria Aparecida de. O DEOPS/SP em busca do crime político Série Dossiês, DEOPS/SP: Família 50. AQUINO, M. A. de; et. al. *Em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Coleção Dossiês Deops – São Paulo: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. Volume 4. passim.

¹³ XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais da polícia política. *DOPS: A lógica da Desconfiança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1996, p. 32.

de diferentes agremiações, das organizações jornalísticas, entre outros. Havia neste sistema uma ampla gama de movimentos e indivíduos registrados, que variavam de acordo com as atividades consideradas subversivas até suspeitos por possuírem contatos sociais com outros já fichados e sob vigilância. Logo, através dos arquivos da DOPS podemos observar a necessidade da polícia política em decifrar as estratégias e/ou interesses que permeavam cada indivíduo ou grupo.¹⁴

A DOPS possuía basicamente um roteiro pré-estabelecido para vigilância, que consistia nas funções de investigação, censura e repressão, que vale aqui ser transcrito:

- a) investigação: ocorria por meio de coleta de dados e vigilância preventiva daquele considerado suspeito e os dados coletados poderiam ou não fazer parte de um prontuário da instituição ou indivíduo investigado; os documentos coletados eram: radiogramas, fotografias, recortes de jornais, entre outros;
- b) censura: caracteriza-se no procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando averiguada a existência de alguma atividade que representasse subversão, era então feito controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem estabelecida;
- c) repressão: digamos que essa seria a última instância de atuação da polícia política e que ocorria após constatado que havia atividade subversiva, sendo que as ações poderiam ser a princípio através de perseguição política até a ações de castigos físicos, caracterizados como tortura.¹⁵

Quando a atividade de alguma pessoa física ou jurídica – principalmente relacionada com alguma entidade alvo de investigação – era suspeita, o primeiro passo consistia em averiguar, pesquisar e diagnosticar o suposto delito, através de

[...] acompanhamento sistemático, coleta de dados e vigilância preventiva do objeto da investigação, gerando uma documentação característica, com pedido de busca, sindicância, parte de serviço, radiogramas, fotografias, recortes de jornais, telegramas, que passariam a fazer parte ou não do prontuário funcional ou individual da entidade ou indivíduo [...].¹⁶

Com este acompanhamento, toda atividade sob investigação tinha suas informações organizadas em prontuários funcionais, fundamentalmente

¹⁴ LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, M. A. de; et al. *Em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Coleção Dossiês Deops – São Paulo: radiografias do autoritarismo republicado brasileiro. Volume 4, p. 62.

¹⁵ SCHMITT, op. cit., p. 87-8.

¹⁶ PÁDUA, Mônica; GAMA, Marcília. DOPS - do recolhimento ao acesso: o caso de Pernambuco. *Quadrilátero*: revista do arquivo público do distrito federal. Brasília, v.1, p.27-40, mar./ago. 1998, p. 29.

com objetivo preventivo. Sendo diagnosticado o risco iminente da atividade investigada, o segundo passo que ocorria após a investigação, ou concomitante a ela, consistia em controlar a ameaça à ordem social estabelecida pelo poder instituído. Qualquer ideia ou pensamento que fosse considerado capaz de expressar uma forma subversiva era tido como ameaça, portanto, passível de estar sob vigilância e acompanhada pelo serviço de censura. Houve então algumas pessoas e entidades permanentemente sob vigilância, “seja porque agregam um número significativo de indivíduos (fábricas, igrejas), seja porque atuam como formadores de opinião (imprensa), ou porque adotam postura contrária ao sistema, atentando ainda contra a ‘moral e bons costumes’”.¹⁷

Quando a documentação angariada pelo processo de investigação e censura “comprovava” se tratar de atividades subversivas, passava a ser utilizada para compor o dossiê de provas incriminatórias, juntamente com fichas de identificação criminal, antecedentes criminais do indivíduo, pronunciamentos, pedidos de busca e apreensão, recortes de jornais, relatórios, entre outros. Com a comprovação da subversão, a esfera subjetiva da repressão era acionada. Ou seja, buscava-se lidar com as ideias dos reprimidos, cassando, por exemplo, suas licenças de funcionamento para os estabelecimentos, deportando os estrangeiros, destruindo bens individuais e amealhando através de perseguições. Principalmente durante a ditadura civil-militar de 1964, os castigos repressivos se elevaram, chegando à repressão física, por atos de tortura.¹⁸

Deste modo, grande parte das atividades da DOPS dependia de seu arquivo documental para poder funcionar, já que sua base era o gerenciamento de informações. Assim, a documentação não se apresenta por divisões administrativas, mas por assuntos investigados. Junto a este material da DOPS/PR, que contém catalogados 2.378 dossiês temáticos, realizamos um rastreamento dos documentos que faziam referência ao movimento estudantil paranaense durante os anos iniciais da década de 1960. Através desta vigilância, que resguardou fragmentos documentais produzidos na época, podemos dizer que o ME paranaense, assim como o movimento a nível nacional, desenvolveu ações políticas e culturais focando na possibilidade de luta social e de transformação da organização da nação.

¹⁷ *Ibidem*, p. 30.

¹⁸ *Ibidem*, p. 31-2.

O olhar da DOPS/PR sobre o movimento estudantil

Ao avaliarmos os documentos do ME arquivados no Acervo da DOPS/PR podemos destacar que a concepção de mundo – “que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”¹⁹ – do ME estadual entre os anos de 1961 a 1964 foi à democratização da Universidade, que somente seria possível através da Reforma Universitária.

Os estudantes paranaenses, representados pela UPE, visualizaram na Reforma Universitária a existência de uma filosofia coerente aos seus princípios e problemas, como vemos neste manifesto sem data, ao qual supomos ser do ano de 1962,²⁰

Empunhando a bandeira da *Reforma Universitária* e lutando na prática para a conquista de justas reivindicações, a classe universitária encontra resistência por parte dos dirigentes das Universidades, interessados em manter a atual estrutura universitária, anacrônica e caduca.

Chegamos à conclusão que só através da unidade de luta do movimento estudantil em torno de reivindicações concretas, poderemos iniciar a *Reforma Universitária*, nosso objetivo supremo. (grifos do original).²¹

A reforma universitária era o “objetivo supremo”, ou seja, o significado mais alto da filosofia do ME, sendo, segundo o que expõe o editorial do jornal estudantil *Flâmula*, uma reivindicação justa e honesta por significar a elevação do padrão de ensino no estado,²² Reivindicação que, segundo este setor do ME, ninguém deve

se atreve[r], nos dias atuais, a negar a necessidade imperiosa e inadiável de uma Reforma Universitária. Para a própria sobrevivência da nação, as suas escolas precisam formar os profissionais que o desenvolvimento nacional está a exigir. Para a afirmação do seu próprio conceito de país democrático, o Brasil

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 16.

²⁰ Ano em que a crise na universidade foi questão polarizada no meio estudantil, levando-os a retornarem ao debate sobre a reforma universitária, que vinha ocorrendo antes da renúncia do presidente Jânio Quadros. SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p. 38.

²¹ UPE, União Paranaense dos Estudantes. Manifesto da União Paranaense dos Estudantes aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros: GREVE GERAL NO PARANÁ. Sem data. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

²² JORNAL *Flâmula*. Editorial. 14 maio 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

precisa abrir as portas das suas Universidades, aos que agora, inúltimente, lutam por uma oportunidade de habilitar-se para melhor servi-lo.²³

Neste período, estava ocorrendo um aprofundamento da visão crítica dos estudantes sobre a universidade brasileira, não se restringindo apenas a seus interesses particulares, mas a uma necessidade da nação e de seu desenvolvimento. Como aponta Poerner,²⁴ as ações estudantis antes se caracterizavam como um instrumento de manutenção da ordem social vigente, mas começavam a ganhar cada vez mais força e clareza de suas reivindicações ao participarem dos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Através dos arquivos da DOPS/PR podemos analisar que os estudantes participavam de palestras e discussões que envolviam a LDB. Num recorte de jornal do Diário do Paraná, de 1963, a convite do Centro Acadêmico Hugo Simas, o professor Antônio Cesarino Junior, da Faculdade de Direito de São Paulo, estava na cidade de Curitiba pronunciando diversas palestras, tecendo críticas ao sistema de ensino brasileiro e alertando que a LDB, como uma nova legislação do ensino, trazia grande progresso à educação, porém não dispensava a luta pela reforma do sistema, que precisava do empenho de todos, professores e estudantes, para colocar em prática novas maneiras de aproveitamento dos estudos.²⁵

Cinquenta dias após o pronunciamento do professor Cesarino Junior, os estudantes definiram na “Carta de Princípios”, elaborada para ser apresentada pela bancada paranaense no XXVI Congresso da UNE, que a LDB deveria ser reformulada, respondendo aos preceitos que foram estabelecidos durante o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, que havia ocorrido no mesmo ano em Belo Horizonte.²⁶ Neste seminário, o ME a nível nacional, focando a produção de soluções táticas para afastar os obstáculos legais à democratização da universidade, expuseram uma proposta de Emenda Constitucional, onde extinguiriam a vitaliciedade da cátedra e substituiriam a LDB. Neste evento produziram o documento de maior teoria

²³ UNE; UPE; DCE da UP; *et. al.* Manifesto aos estudantes e ao povo. 9 jun. 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

²⁴ POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4 ed. ilustrada, rev, ampl. e atual. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995, p. 177.

²⁵ JORNAL Diário do Paraná. Sem título. 1 jun. 1963. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Centro Acadêmico Hugo Simas - CAHS*, pasta 189a, topografia 22, datada de 1948 a 1975.

²⁶ JORNAL sem identificação. Carta de Princípios da Bancada da UPE: Apoio a todas as reformas. 20 jul. 1963. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

tática, chamado “Luta atual pela reforma universitária”.²⁷ Este documento registrando uma solução tática, definida pelos estudantes como “a melhor forma de condução imediata da luta pela Reforma Universitária”, se resumia na luta pelo envio e aprovação para o Congresso Nacional de um projeto de Emenda à Constituição e de um substitutivo da LDB, cujas proposições, consubstanciavam pontos fundamentais para a imediata Reforma Universitária.²⁸ Esta tática era uma continuação da estratégia estabelecida por Jango, que, por sua vez, foi adaptada pelo movimento estudantil para contemplar a reforma universitária. Afinal, no primeiro semestre do ano de 1963, Jango já havia proposto mudar a Constituição para efetivar a reforma agrária.

Os estudantes paranaenses ao fazerem tal registro na Carta de Princípios assumiam que estavam ideologicamente em consonância com as decisões e discussões da UNE, registradas na “Luta atual pela reforma universitária”, com interesse de afastarem os obstáculos jurídicos para alcançarem a democratização da universidade. Assim, como expôs o documento do III Seminário Nacional de Reforma Universitária:

não surpreende que a conclusão clara seja: a necessidade de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos a democratização da Universidade e associe a luta do movimento estudantil às lutas pelos principais projetos de Reformas de base, e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela Reforma Universitária.²⁹

O ME paranaense tinha consciência de que existiam medidas concretas dificultando as condições para a eficácia de seu projeto. Como aponta uma nota oficial da UPE, citada num recorte de jornal no Arquivo da DOPS/PR, “continuam reagindo e procurando impedir a sua consecução [das reformas] aqueles elementos e grupos ligados a interesses antinacionais, defendendo os seus privilégios antidemocráticos”, sendo preciso que, estudantes e trabalhadores, unam-se e somem forças para efetivar as “reformas de base e as medidas que ainda se fazem necessárias para a liberação econômica do Brasil e para uma verdadeira justiça social”.³⁰

²⁷ SANFELICE, op. cit., p. 47.

²⁸ UNE. Luta atual pela reforma universitária. 1963. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

²⁹ UNE. Luta atual pela reforma universitária, op. cit.

³⁰ JORNAL Última Hora. UPE: “A luta pelas reformas exige participação de todos”. 25 ago. 1963. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

Os estudantes não estavam apenas reivindicando a democratização da universidade, mas também formulando uma estratégia política para difundir sua concepção do mundo, assumindo posição de dirigentes e organizadores da sociedade³¹. Assim, sofriam vigilância das polícias políticas, que alegaram em relatório interno que a reunião dos estudantes em Belo Horizonte, “foi a oportunidade que todos os líderes da esquerda esperaram para entrarem em contato direto e assim elaborarem um plano de luta contra o governo, partindo do formidável potencial, que são os universitários”.³²

Entretanto, para atingir o objetivo, que segundo a polícia era contrário aos interesses do governo, quais seriam as mudanças que o ME nacional considerava fundamental que estivessem contidas na LDB? De acordo com o documento do Seminário, “Luta atual pela Reforma Universitária”, existiam quatro pontos principais no substitutivo da LDB: o fim da cátedra vitalícia, que deveria ser substituída pelo regime de carreira do professor; a extinção do vestibular, substituindo-o por exames de classificação, e não eliminatórios, não existindo mais o caráter seletivo socioeconômico no mesmo; um novo planejamento administrativo para distribuição e aplicação das verbas universitárias; e a participação estudantil nos órgãos colegiados na proporção mínima de “um terço” ($1/3$).

O ME nacional, desde os Seminários anteriores, sobre a reforma do ensino e da universidade, apontava a preocupação em formular orientações políticas para definir suas ações; por exemplo, no ano de 1961 se reuniram na Bahia no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, onde discutiram sobre: “[...] exame vestibular, programa e currículo, sistema de aprovação, administração da Universidade, autonomia e funcionamento da universidade, realidade brasileira, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade [...]”.³³ Porém, somente no Seminário de 1963 efetivamente apresentou um projeto sócio-político e cultural formal, que drasticamente teve suas ações interrompidas com o golpe civil-militar de 1964. Segundo Sanfelice, a UNE havia previsto encaminhar as propostas, da Constituição e da LDB, ao Congresso Nacional somente no início do ano de 1964, pois sabendo que enfrentaria grandes resistências para suas aprovações, trabalharia neste período para angariar força social, levando suas

³¹ MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 18.

³² DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório. Sem data. Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

³³ SANFELICE, op. cit., p. 31.

propostas para discussões nos diversos setores sociais, preparando a todos por diversos meios disponíveis para a “grande luta”.³⁴

Deste modo, efetivando o papel dos estudantes, enquanto intelectuais organicamente ligados a sua classe, como aponta Mochcovitch,³⁵ posicionando-se como os responsáveis por articular uma reflexão entre o bom senso e a filosofia da práxis, levando as massas à tomada de consciência e a homogeneização de uma concepção do mundo que lhe seja autônoma, é que o ME nacional definiu que deveriam ser “utilizadas todas as formas de luta: as assembléias, os abaixo-assinados, as manifestações de apoio, os contatos, os telegramas, os manifestos, os panfletos, as passeatas, os comícios, até os remédios mais extremos, quando se tornarem necessários”, para mobilizar todos para uma participação ativa.³⁶ Todavia, o ME já não estava fazendo uso dessas formas de luta anteriormente?

Nos documentos da DOPS/PR, encontramos essas estratégias de luta, sendo utilizadas pelo ME nacional e estadual desde o início dos anos de 1960, porém, ainda não possuíam um projeto tático elaborado. Como dissemos anteriormente, os MEs, antes deste documento nacional, “Luta atual pela Reforma Universitária”, não possuíam um claro e específico projeto sócio-político e cultural que respaldasse teoricamente suas lutas.³⁷ Assim, após a elaboração de tal projeto nacional, hipoteticamente a produção de materiais da UPE, para ser utilizados como ações de luta, deveriam ter seu auge no final do ano de 1963 e início de 1964, considerando que deveriam desencadear maior vigilância da polícia política. Mas, curiosamente, esses materiais se tornam mais escassos no Acervo da DOPS/PR neste período, dando espaço a documentos de circulação interna do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Paraná.

De acordo com um relatório, sem assinatura, mas supostamente produzido pela DOPS/PR, visto que tem um carimbo do órgão, a reunião dos estudantes em Belo Horizonte, não acarretava maiores problemas para o estado, pois os “elementos” universitários do Paraná que estiveram presentes em Belo Horizonte não tinham “projeção acentuada junto às bases, daí terem sentido dificuldades de articulação desde o início”. Ainda, segundo este relatório, o próprio movimento estudantil paranaense se prejudicava, pois emitia textos com diferentes objetivos que contribuía para criar confusão,

³⁴ *Ibidem*, p. 47.

³⁵ MOCHCOVITCH, op. cit., p. 18.

³⁶ Luta atual pela reforma universitária, op. cit.

³⁷ O movimento estudantil desenvolveu antes deste documento outros dois de suma importância, que foram a “Declaração da Bahia” e a “Carta do Paraná”. Porém, nestes documentos não apresentam soluções táticas para concretizar seu projeto da reforma universitária. FÁVERO, op. cit.

no plano estadual os Diretórios passaram a lançar manifestos com textos diferentes e objetivos – o que é mais importante, também diferente, contribuindo para lançar confusão às bases [...] o resultado, como tive oportunidade de verificar nas faculdades e na UPE foi o desencanto geral.³⁸

Assim, a polícia política mostrava desacreditar as lutas do ME paranaense, podendo ser este um dos motivos para o baixo volume documental arquivado. Este não foi o único relatório da DOPS/PR que encontramos que ignora as ações do ME paranaense. Em outro, produzido um ano antes, no período da greve do “um terço” ($\frac{1}{3}$), de 1962, a DOPS/PR revela que o movimento grevista estava enfraquecido, visto que os acadêmicos não estavam aderindo com força, apesar dos esforços dos dirigentes da UPE em dinamizar a greve com o enterro simbólico do reitor da UP, e, além disso, “os resultados obtidos com o serviço do Alto-Falante, que visavam esclarecer o povo, foi negativo”.³⁹

Apesar desta falta de documentação para analisarmos como o ME paranaense estava agindo para responder ao projeto sócio-político cultural nacional, teorizado na “Luta atual pela reforma universitária”, temos condições de extrair dos documentos anteriores suas propostas. Segundo Gohn, os projetos estão implícitos nas formas e propostas de solucionar os problemas que demandam, sendo “projetos construídos mais no plano das ideologias e não projetos formais, esboçados segundo etapas que abordam um problema, possuem objetivos, justificativas, hipóteses, metodologias, cronogramas etc.”⁴⁰

Claro que o ME paranaense ainda não previa alterar a LDB e a Constituição, antes de ser pensado o projeto nacional “Luta atual pela reforma universitária”, mas projetava acelerar o processo histórico brasileiro e concretizar as reformas de base. Por exemplo, o diretor literário do jornal *Flâmula*, o estudante Romão Silva, era o responsável de, no mês de junho de 1962, efetivar o I Encontro Paranaense de Literatura Universitária “dando cumprimento às programações reformistas e que digam respeito à melhoria do padrão universitário paranaense e brasileiro”, onde os intelectuais uni-

³⁸ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório. Sem data. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

³⁹ DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Maio 1962. Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, *Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS - Secções de Controle*, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

⁴⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011, p. 261.

versitários participariam concreta e ativamente da “fase de transição por que atravessamos” acreditando na possibilidade de

acelerar ainda mais o panorama histórico brasileiro, pois que a influência dos intelectuais moços tem a determinante positiva de levar politização e conscientização aos estudantes menos apercebidos do desenvolvimento enfrentado pelo Brasil, bem como do estudantes partícipe desse processo.⁴¹

Por conseguinte, para os estudantes, assim como para Gramsci, tomar consciência é possuir uma reflexão inteligente sobre as razões dos fatos e sobre os melhores meios de transformá-los de servidão a uma reconstrução social.⁴² Como definem em outra matéria no mesmo jornal, é de real importância, que se “atinga os objetivos da reforma universitária, devendo desenvolver o programa de ensino nos moldes ditados pela citada reforma, a u.n.e. batalha no sentido de uma politização e conscientização nos novos universitários (sic)”. Assim, o I Encontro Paranaense de Literatura Universitária que só aconteceria um mês depois da publicação deste jornal estudantil, deveria servir como meio de mobilização e conscientização da camada estudantil. Não temos material comentando sobre como foi a realização do encontro literário, mas neste mesmo jornal temos resquícios de sua proposta.

Nas páginas finais do mesmo jornal existe uma coluna intitulada Cultura Literária que traz diferentes contos, histórias e versos, mas todas carregadas com a mesma moral, a de ter consciência política. O primeiro conto, escrito pelo diretor do jornal, Vicente de Paula Ataíde, se chama “duas horas”, onde um trabalhador ervateiro conta sua história, na busca de entender o motivo de trabalhar para os outros. Ele explica como se sente, questiona o mundo, a vida, o sentido de viver para trabalhar e dar satisfação aos patrões e finaliza comparando o frio que faz no interior de sua casa, com a falta de ação dos homens por mudanças sociais, que desejam e pensam em transformações, que querem se livrar da exploração, mas ficam em silêncio e não socializam suas ideias para colocá-las em prática: “o inferno desta casa fria é a quietude de todos os lados. Se conversa só no fundo da cabeça. Não quero acreditar em mim mesmo. Mas eu gostaria de fugir. Fazer fugir os outros, que são pobres diabos”.⁴³

⁴¹ Jornal Flâmula. Flâmula lançará em julho: encontro de literatura universitária. 14 maio 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁴² NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3.ed. rev. e a atual.. São Paulo: Cortez, 2004, p. 47.

⁴³ Vicente de Paula Ataíde. Duas horas. Jornal Flâmula. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

Outro texto é um verso com o título “Novos Rumos”, que também fala da necessidade de reunir forças para lutar pelos que sofrem, para que um dia tenham novos rumos.⁴⁴ Outro escrito conta a “História do Zé”, que seguiu o mesmo caminho de seu pai e durante a vida toda foi um exemplar funcionário de uma fábrica, que mal conseguia sustentar sua família, assim viveu e morreu na miséria, sem dinheiro até mesmo para comprar um caixão, que teve de ser feito pelos vizinhos.⁴⁵

No sentido de conscientizar os estudantes, os intelectuais universitários paranaenses estavam aparentemente maleáveis para trabalhar com diversos meios de propagação da cultura. Pela arte buscavam produzir reações críticas, pois segundo o estudante Sérgio Rubens Sossela, na matéria “Apontamentos Críticos”, toda e qualquer obra, seja ela “um conto, novela, poesia, romance, ensaio, história ou teatro” é passível de análises. Quanto mais desenvolvida a cultura e a sensibilidade do olhar analítico, mais considerações podem ser estabelecidas com a obra analisada, tais como:

situando-a na história; classificando; distinguindo o gênero a que pertence; mostrando implicações psicológicas; estudando o certo ou o errado no manejar dos personagens; medindo e pesando a estrutura; o colorido; o ambiente; a relação e afinidade entre as palavras do poema; o conteúdo psicológico das palavras-motrizes; a sinceridade da obra histórica; denunciando a falsa cultura; apontando valores novos.⁴⁶

Sendo assim, num contexto de articulação entre a cultura e a política, o ME paranaense incorporou a arte como um meio de comunicação para promover a conscientização popular para uma possível transformação social. De acordo com Caldas, tal processo foi resultado dos debates sobre a função social da arte que orbitavam no campo do nacional-popular no final da década de 1950, que tinham como objetivos estar “[...] empenhados na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo”.⁴⁷

⁴⁴ R.S. Novos Rumos. In: *Jornal Flâmula*. 14 maio 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁴⁵ *Jornal Flâmula*. História do Zé. 14 maio 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁴⁶ SOSELA, Sérgio Rubens. Apontamentos Críticos. *Jornal Flâmula*. 14 maio 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁴⁷ CALDAS, Ana Carolina. *Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p. 27.

Podemos dizer, com base em Caldas,⁴⁸ que as propostas para solução das demandas do ME, nos anos iniciais de 1960, apoiavam-se na relação entre arte, educação e política, usando como instrumentos de comunicação com o povo, com os trabalhadores e com suas bases, a literatura, o teatro político e a alfabetização popular, objetivando uma unificação social para atingir a reforma universitária e a democratização da universidade. Como assevera Toledo:

o movimento estudantil – através de sua representação maior, a UNE e as UEEs – teve atuação destacada nessa nova modalidade de agitação política e debate cultural. Além de defender a reforma universitária, o ME buscava associar-se aos demais movimentos de orientação nacionalista e reformista; através de caravanas que percorriam o país, eram exibidas peças teatrais e divulgadas músicas que debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, a revolução, o imperialismo etc.⁴⁹

Encontramos poucos indícios nos dossiês da DOPS/PR sobre o uso político que o ME paranaense possa ter feito do teatro e da alfabetização popular. Sabemos que desde 1959 a companhia Teatro do Povo no Paraná, esteve vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, realizando projetos de educação popular lutando contra o analfabetismo. Em 1962 esta companhia uniu-se com membros da UPE e formou o CPC do Paraná, um movimento que integrou estudantes e atuantes da cultura, que até 1964 atuaram objetivando através da alternativa da cultura popular, mobilizar o povo, buscando conscientizá-lo enquanto nação e passível de produzir mudanças na estrutura social. A organização contava com o Departamento de Teatro, o Departamento de Alfabetização Popular e o Teatro de Bonecos, todas com essência educativa.⁵⁰

Nos arquivos da DOPS/PR tivemos acesso a três peças teatrais apresentadas no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, uma arquivada no dossiê do Centro Popular de Cultura e outras duas no dossiê da UPE, porém, não foi possível através dos arquivos da DOPS/PR analisar como tais peças foram utilizadas pelo ME paranaense. Mas, como já apresentou Caldas,⁵¹ o teatro no Paraná foi utilizado numa dimensão educativa para discutir os problemas sociais e mobilizar o povo para lutar por mudanças.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. Vol. 24, n. 47. São Paulo, 2004.

⁵⁰ CALDAS, op. cit.

⁵¹ Ibidem.

Não temos clareza se o ME paranaense fez uso dessas peças ou se as deixou a cargo somente do CPC do Paraná, que apesar de contar com participação de estudantes não é considerado um ME, mas um movimento cultural que supostamente serviu de apêndice à UPE. A peça *Auto dos 99%*, contida no dossiê do CPC provavelmente tenha sido apresentada pelo CPC do Paraná, considerando a necessidade de adaptarem-na, após ter sido inaugurada pela primeira vez no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que aconteceu em Curitiba em 1962, visto que em sua página inicial possui a informação que foi escrita pela equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná.⁵²

Segundo Caldas,⁵³ a peça original, nos moldes escritos pela redação do CPC da UNE, foi apresentada duas vezes durante o II Seminário, uma no auditório da reitoria da UFPR e outra no Teatro Guaíra, sendo a peça que expressou o conteúdo fundamental do seminário da reforma universitária, criticando que 99% da população encontrava-se a margem do ensino superior. Assim, definia-se a programação do Seminário, destacada por Caldas, com base em um informe da imprensa:

Ontem à noite apresentou-se, às 20 horas no Colégio Estadual do Paraná, o Centro Popular de Cultura e a UNE Volante. Após exposição geral sobre o que fazem, foram apresentados dois filmes pelo CPC: “Arraial do Cabo” e “Cinco vezes favela”, e ainda apresentada a Canção do Subdesenvolvido. Para a sexta feira, às 20h30hs, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, está programada a apresentação de peças do CPC aos participantes do Seminário, e líderes sindicais de Curitiba, especialmente convidados. As peças serão “Auto dos 99%” e a “Miséria ao alcance de todos”. No sábado acontecerá a apresentação pública das peças no teatro Guairá.⁵⁴

Como vemos, o *Auto dos 99%* não foi a única peça apresentada, também havendo a apresentação da *Miséria ao alcance de todos*, que de acordo com a capa da peça intitulada *A História do Formiguinho e sua Porta ou Deus ajuda os Bão*, é um mural de peças teatrais, ao qual também faz parte a outra peça teatral arquivada pela DOPS/PR chamada “Brasil – versão brasileira”. Estas duas histórias da *Miséria ao alcance de todos*, são voltadas para questões políticas nacionais, não só de interesse dos estudantes, mas de toda população.

⁵² Equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná. Peça *Auto dos 99%*. 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Centro Popular de Cultura*, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

⁵³ CALDAS, op. cit., p. 76.

⁵⁴ *Ibidem*, p.76.

A *História do Formiguinho* é uma profícua crítica à necessidade da Reforma Agrária que, como mostra a peça, só se concretizaria com a união e luta da população, já que ela não é do interesse das forças jurídicas, executivas e legislativas, nem da burguesia brasileira e do capital internacional. E *Brasil - versão brasileira* aponta dois empecilhos das mudanças sociais, criticando o envolvimento de empresas estrangeiras no Brasil e as atitudes extremistas e incertas dos sindicalistas que se nomeiam comunistas, apenas por lutarem contra algo que eles não sabem definir, pois não têm objetivos claros e definidos, como se deve ter um “verdadeiro comunista”.⁵⁵ Estas duas peças foram encenadas no II Seminário Nacional da Reforma Universitária, não só para conscientizar os estudantes, mas também os trabalhadores que estavam presentes. Podemos observar no excerto acima, extraído da dissertação de Caldas, que também se fez presente, durante o Seminário, os líderes sindicais e outros indivíduos especialmente convidados para assistir a apresentação.

A participação dos trabalhadores, para o ME, estava além da questão de desenvolver o princípio de articulação externa e ampliar força social para suas reivindicações estudantis. A tarefa de orientar o proletariado para novas questões culturais era para os intelectuais universitários, assim como expõe Gramsci, uma preocupação em formar pessoas de visão ampla e complexa para a função de governar em uma futura nova sociedade com interesses coletivos e não individuais ou de pequenos grupos.⁵⁶ Assim, a classe operária deveria ser sua aliada natural de luta, pois

não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular *em nome* dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria universidade (grifo do original).⁵⁷

Neste sentido, está imbricada a cultura desinteressada, que os universitários recebem, como responsável pela função processual de transformação social, visto que ela assume significado de cultura de ampla visão, profunda, coletiva e universal, interessando a todos os homens e cooperando

⁵⁵ Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁵⁶ NOSELLA, op. cit., p. 42.

⁵⁷ UNE. Luta atual pela reforma universitária, op. cit.

para que novos grupos e novos indivíduos se incorporem ao processo hegemônico, garantindo a concretização de uma concepção do mundo, incontestável para renová-la⁵⁸. Deste modo, o movimento estudantil – nacional e no Paraná – num manifesto dirigido aos estudantes e ao povo, em 1962, afirmava a importância da educação:

Foi em nossas Faculdades, apesar de tudo, nessas muitas oficinas de tédio e superficialismo, que aprendemos dos mestres, hoje voltados contra nossas reivindicações, o sentido comunitário da Universidade; professores e alunos identificados na tarefa comum da elaboração cultural, da pesquisa científica, da habilitação técnica, da conscientização social.⁵⁹

Rebelando-se para defender uma universidade para o povo, o ME tinha a convicção de conscientizá-lo e lutar com ele para melhorar a realidade brasileira, que fosse capaz de sustentar sua independência econômica e política.

Considerações finais

Neste sentido, o DCE da UP no final do ano de 1963 solicita ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) auxílio financeiro especial para desenvolver ações sociais incentivando a Campanha de Cultura Popular e Alfabetização, com conferências, cursos e impressos em geral.⁶⁰ Este documento foi o único nos dossiês do Arquivo da DOPS/PR analisados que aponta indícios do ME estar envolvido com a alfabetização. Ao mesmo tempo em que é fundamental por ser um vestígio da relação dos estudantes com esta questão, ele nos instiga a compreender como o movimento paranaense atuou para este objetivo. Porém, seria necessário desenvolver um trabalho de resgate da memória dos ex-militantes da entidade, ao qual não foi possível neste momento. Também existe no dossiê do CPC uma cartilha intitulada “Uma Família Operária” produzida em Belo Horizonte, no ano de 1962, mas também não traz nenhum indício de ter sido utilizada pelo ME paranaense, ou pelo CPC do Paraná.⁶¹

⁵⁸ JESUS, Antônio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1989, p. 18.

⁵⁹ UNE; UPE; DCE da UP; *et. al.* Manifesto aos estudantes e ao povo. 9 jun. 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *União Paranaense dos Estudantes*, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

⁶⁰ DCE da UP. Encaminha plano de aplicação de auxílio solicitado. 24 dez. 1963. Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal*, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

⁶¹ CPC. Cartilha Uma Família Operária. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Centro Popular de Cultura*, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964. Esta cartilha é um livro

O ME paranaense além de se preocupar com o projeto cultural, como mostramos alguns vestígios de sua existência, também estava buscando conscientizar politicamente suas bases, fortalecendo o princípio articulatório interno. O movimento mobilizava-se e projetava-se em debates e questões que estavam amplamente presentes na sociedade na época, não se limitando apenas à política educacional, discutiam as orientações econômicas, a ordem política, o nacionalismo e o desenvolvimentismo.⁶² Para tanto, fez uso de práticas de difusão de suas propostas voltadas para politização dos estudantes principalmente através de congressos, reuniões, greves, manifestos, panfletos e jornal.

E, assim, a luta do ME estadual perdurou, mesmo sendo carregada de embates e divergências internas. No dia em que iniciou o golpe civil-militar, 31 de março de 1964, com a movimentação das tropas de Minas, os estudantes, juntamente com movimentos de trabalhadores e partidos políticos já se manifestavam contra ele e denunciavam,

a crise nacional, deflagrada pelos governadores Magalhães Pinto Adhemar de Barros, Ildo Menegheti, Ney Braga e Carlos Lacerda, após os pronunciamentos do Presidente João Goulart nos comícios dos dias 13 e 30 de março, é uma crise de luta aberta contra as reformas de base que, agora, começam a ser efetivadas pelo Governo Federal. Só após estes atos é que as reformas passaram da teoria à prática; só após eles é, que as forças da reação passaram ao ataque contra o Governo do Presidente João Goulart.⁶³

A continuação desta história foi a traumática instauração da ditadura civil-militar que durou vinte anos, perseguindo o ME, os professores, extinguindo oficialmente a UNE e literalmente caçando seus principais líderes, inclusive valendo-se das informações coletadas pelas DOPS durante o chamado período democrático e anterior ao golpe. Portanto, encontrar a ficha do ex-presidente da UNE, Honestino Guimarães – um dos desaparecidos políticos da ditadura civil-militar –, na DOPS/ PR, é uma prova de que aquela reunião de documentos, papéis burocráticos, notícias coladas em folhas

didático de alfabetização, com frases e ilustrações condizentes com a realidade do contexto de vivência de homens trabalhadores. Apresenta textos como este: “olhem para este barraco. É o barraco de Tomé e Ana. O barraco é de adobe. O chão do barraco é de taco? Não. O chão do barraco é de terra.”

⁶² SANFELICE, op. cit., p. 18.

⁶³ Comando Geral dos Trabalhadores, Frente de Mobilização popular, D.C.E, UPES, Deputados Luiz Alberto Dalcanalle, Leo Naves Barcellos, Walter Peicoits, Waldemar Daros, pela bancada do PSB. CONTRA O GOLPE. 31 de março de 1964. Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, *Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal*, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

amareladas, dispersas ou não, contribuiu igualmente para a eliminação física de muitos estudantes, trabalhadores e militantes políticos, e junto deles os sonhos de uma geração

Artigo recebido para publicação em 14/02/2013

Artigo aprovado para publicação em 27/05/2013